

Distensão em rédeas curtas: as páginas censuradas do jornal *O Estado de S. Paulo* no início do governo Geisel

Gabriel NASCIMENTO¹

Resumo: este estudo é uma investigação na qual são interpretadas, a partir das páginas censuradas no jornal *O Estado de S. Paulo*, algumas das relações dúbias entre imprensa e poder na ascensão e manutenção da ditadura civil-militar no Brasil durante o início do governo de Ernesto Geisel. Pretende-se evidenciar, neste artigo, a partir da aproximação de textos e eventos correlatos, quais temas continuaram sendo silenciados por Geisel que é tido, por grande parte da memória liberal, como aquele que levou mais longe o processo de liberalização do regime. Intenta-se, enfim, demonstrar as ligações do periódico com o regime e as estratégias do jornal para ultrapassar as barreiras dos censores.

Palavras-chave: Censura; Distensão; Imprensa; Ditadura civil-militar.

¹ Mestrando em História Ibérica. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas. Minas Gerais. Brasil ORCID: 0009-0005-5840-8791. E-mail: gpnascimento47@gmail.com.

Controlled distention: the censored pages of the newspaper *O Estado de S. Paulo* at the beginning of the Geisel government

Abstract: *this study is an investigation from the censored pages of the newspaper **O Estado de S. Paulo**, about some of the controversial relationship between the government and the press in the emergence and maintenance of a civil-military dictatorship in Brazil in the 1970s. The president,, General Ernesto Geisel, is considered the president who made the democratic opening, even though he used censorship to silence the opposition. Finally, it is intended to demonstrate the links between the periodical and the regime and the newspaper's strategy to overcome the barriers of the censors..*

Keywords: *Censorship, Distention, Press; Civil-military Dictatorship.*

O presente artigo tem como objeto de estudo a censura à imprensa na ditadura civil-militar brasileira, utilizando fontes oriundas do jornal **O Estado de S. Paulo** no ano de 1974. A instauração da censura prévia ao periódico se iniciou efetivamente em 1972 e encerrou-se em 1976, ainda que o editorial “Instituições em frangalhos”² marque o início da repressão à imprensa e ao referido jornal. Assim, este artigo procura demonstrar qual discurso foi vetado pela censura, entendendo, além disso, a relação por vezes dúbia entre imprensa e poder.

A justificativa da escolha específica do ano de 1974 se dá por alguns motivos. Primeiro, porque junto de 1973, é o ano com mais páginas censuradas do período no referido periódico. Em segundo lugar, porque Ernesto Geisel é eleito presidente nesse ano e isso é fundamental para entender as expectativas e realidades de seu governo. Thomas Skidmore (1998, p. 277), por exemplo, afirma que o governo Geisel tinha, dentre suas metas, “o retorno à democracia, embora de uma variedade indefinida”. Ou seja, ainda que fosse impossível mapear completamente os rumos desse processo naquele momento, o governo Geisel é lembrado como um governo que mais se aproximou do que em suas próprias palavras se chamou de: “aperfeiçoamento democrático”. Entretanto, ao mesmo tempo, seu governo foi marcado por utilização massiva de instrumentos autoritários, como a censura.

A ditadura, finalmente, instaurou-se sob o signo do Medo. Medo de que as desigualdades fossem questionadas por um processo de redistribuição de renda e de poder. Ora, através dos anos, mantiveram-se e se consolidaram essas desigualdades. Não terá sido essa a maior obra da ditadura? (REIS, 2000, p. 73).

A censura prévia se caracterizava pela presença de censores dentro das redações e pela leitura da edição por censores antes mesmo do periódico ser publicado, visando

² Último editorial escrito por Júlio de Mesquita Filho que viria a ser publicado no dia 13 de dezembro de 1968, não fosse a apreensão dos militares do periódico que continha o editorial que criticava os rumos que os militares tomavam para o regime. Além disso, havia uma crítica antecipada ao Ato Institucional nº 5 e ao então presidente, Costa e Silva, clamando que o movimento de 1964 não tinha sido obras apenas das Forças Armadas, “mas ao próprio esforço da coletividade”. Esse editorial apresenta muitas particularidades interessantes. Primeiro, a relação complexa e intrincada entre Júlio de Mesquita Filho, então proprietário de **OESP** e os militares ao longo do período. Segundo, pelo título e texto contundente, o autor aponta os problemas de direção que as Forças Armadas tomavam para o país naquele momento. Por último, a apreensão do **OESP**, junto com outra publicação do grupo, o **Jornal da Tarde**, demarca o início da censura interna aos órgãos da chamada Grande Imprensa, que em sua maioria, havia apoiado o Golpe em 1964, como era o caso de **O Estado de S. Paulo**. ;

assim encontrar possíveis assuntos ou informações nocivas à imagem do regime. Durante os anos de 1968 a 1972, **O Estado de S. Paulo** recebeu telefonemas e bilhetes diários indicando quais assuntos não era permitido se publicar. No entanto, diante da insistência em veicular algumas informações relevantes e pela posição de enfrentamento que o jornal assumiu diante da censura velada, em agosto de 1972, diante do vazamento de informações quanto ao sucessor de Médici, **o Estado de S. Paulo** teria em sua redação a presença de censores até janeiro de 1975. Há outras duas formas de censura que vigorou durante todo o período da ditadura civil-militar: A censura interna e a autocensura. De acordo com Victor Gentili (2004, p. 93) A censura interna tem relação com a posição dos diretores de um determinado veículo midiático, onde o periódico procurar cercar a produção de seus jornalistas, afim de não criar entraves com o governo. Esse foi o caso **da Folha de S. Paulo**, pelo menos até 1975, quando o periódico inicia uma renovação em seu projeto jornalístico e editorial. Por último, mas não menos nociva, a autoncensura se promoveu através do medo, onde os jornalistas dividiam sua preocupação com os censores do governo e com os detentores de periódicos e daí se abria dois caminhos: Resistir em publicar algumas informações sob pena de demissão e prisão ou atuar na construção de periódicos alternativos, que reunia muitos jornalistas em projetos de imprensa com liberdade editorial de explicitar críticas ao regime.

Um conceito fundamental neste artigo é o de distensão. Segundo Suzeley Mathias que estuda especificamente os discursos de Ernesto Geisel:

Distensão corresponde, então, à substituição ou afrouxamento de algumas regras com vistas a diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais ou coletivos e, fundamentalmente, subordinar e restabelecer a unidade interna às Forças Armadas. [...]. Assim, como o pronunciamento mostra, distensão, segundo Geisel, não pode ser confundida como ruptura ou transição para a democracia. Ao contrário, o significado de distensão, seguindo a própria etimologia, é tão somente abrandamento das tensões. (MATHIAS, 1995, p. 152).

De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 206), Geisel é reconhecido como o mandatário que deu início ao processo de abertura do regime ditatorial e a construção dessa memória em torno do presidente tem como grande responsável a própria imprensa liberal, com manchetes que realçam que a “mão de ferro” do presidente foi que inviabilizou a própria ditadura.

Seguindo essa perspectiva, há uma representação de viés democrático a partir do governo de Ernesto Geisel, de forma semelhante com o que acontece com Castelo Branco, em cujo governo ainda não havia o Ato Institucional nº 5³; ou seja, com Geisel, o processo democrático parecia cada vez mais presente, enquanto com Castelo Branco não havia se constituído os contornos ditatoriais. Todavia, esse argumento coloca o regime militar sob a dependência do AI-5, como se antes ou depois não existisse ditadura no país. O regime a ser caracterizado de democracia liberal exige imprensa livre. Pela maior parte do governo de Geisel, a imprensa era restringida em parte pela autocensura, mas ainda em outros casos exercendo o poder da censura prévia, como ocorreu especificamente no jornal **O Estado de S. Paulo**. Por isso, há de se questionar o grau de afrouxamento do projeto de distensão, sendo que jornais e revistas eram filtrados de diversas notícias entendidas como prejudiciais à imagem que o regime buscava representar naquele momento.

Segundo Tânia Regina de Luca (2008, p. 118), a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa, fundamentalmente, como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Nega-se, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como meros “veículos de informações”, transmissores imparciais e neutros dos acontecimentos, em nível isolado da realidade político-social na qual se insere. Desse modo, a imprensa é entendida como construtora de um discurso que é diretamente ligado aos interesses comerciais, políticos e sociais e não se constitui como reprodutora da realidade concreta.

As páginas censuradas no jornal **O Estado de S. Paulo** no ano de 1974 correspondem ao intervalo entre os meses de maio e dezembro, contabilizando ao todo 280 páginas censuradas, mas que estão disponíveis no acervo do próprio jornal⁴. No entanto, nos meses de setembro e outubro não há registro disponível das páginas censuradas, ainda que possuam indicação de censura nesses meses pelo fato do acervo do jornal contabilizá-los, diferente de quando não houve páginas censuradas como nos meses anteriores a maio. A pesquisa realizada nessas 280 páginas foram divididas em cinco

³ O AI-5 foi assinado pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Por meio desse decreto, diversos direitos políticos foram retirados, permitindo perseguições e prisões dos opositores do regime.

⁴ Disponível em https://acervo.estadao.com.br/paginas-da-historia/decada_1970.shtm - acesso em 24 de janeiro de 2023.

seções: questões políticas e sociais, censura, questões econômicas, questões educacionais e culturais e política internacional, organizadas em ordem decrescente do número de matérias censuradas, seguindo o esquema apresentado por Maria Aparecida de Aquino no livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)* (1999), que, além do jornal **O Movimento**, traz um panorama geral de análise de páginas do próprio **O Estado de S. Paulo**.

Das 280 páginas censuradas nesse período, 98 são em torno de questões políticas, ou seja, mais de um terço do total. Por isso, o critério se baseou nas páginas de maior expressividade política e que mais dialoga com a imagem do governo e do presidente e que representasse a produção do jornal.

Em 1981, o presidente Ernesto Geisel declarou: “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina” (GASPARI, 2004, p. 138). Caio Navarro de Toledo (2004, p. 15) também afirma que o movimento de 1964 foi golpista e tanto os militares quanto as classes dominantes eram contrárias: “ao alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro”. Nesse sentido, a postura defendida no presente artigo é de que a destituição do poder do presidente João Goulart em 1964 foi de matriz golpista e que este se formou pelo binômio civil-militar, a partir da tomada direta do poder pelos militares e pelo forte apoio dado pelos civis, principalmente pelas classes dominantes.

A elite orgânica que ajudou a derrubar o governo de João Goulart atuou em diversas frentes, mas uma das mais importantes foi organizada através do complexo formado pelo Instituto de Pesquisa em Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses grupos eram organizações conservadoras e/ou de extrema direita formados, sobretudo, pela elite empresarial do Rio de Janeiro e de São Paulo e ainda por oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). Segundo René Dreifuss, “A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava a neutralização do dispositivo popular de João Goulart e a minimização do apoio militar e diretrizes políticas socialistas ou populistas” (1981, p. 362). Além disso, militares como o General Golbery de Couto e Silva, foram contratados por esse complexo empresarial para atuar diretamente na queda de João Goulart. Dez anos depois do golpe, General Golbery tornar-se-ia braço direito de Ernesto Geisel quando este assume a presidência em 1974.

Esses grupos empresariais atuaram principalmente em duas frentes para minar o governo de João Goulart. Primeiro, associando as chamadas reformas de base propostas por Goulart a práticas comunistas e buscando atrair financiamento e apoio político estrangeiro. Um dos mais agressivos membros do IPES/SP tendo influência direta na queda de João Goulart foi Júlio de Mesquita Filho, o proprietário do jornal **O Estado de S. Paulo** (DREIFUSS, 1981, p. 364). Quatro anos depois, o jornal passou a ser reprimido pelo regime que Júlio de Mesquita Filho atuou diretamente para fortalecer.

O complexo IPES/IBAD estava no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar. E este é o último ponto que se tentou enfatizar, isto é, que o ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi, conforme mencionado anteriormente, um movimento civil-militar (DREIFUSS, 1981, p. 397).

Tratar de golpe civil-militar não é responsabilizar toda a população pela tomada do governo e utilização dos instrumentos ditatoriais de manutenção de poder, mas compreender o movimento dos militares num contexto muito mais amplo do que simplesmente a ação de um grupo restrito. A chamada Grande Imprensa atuou, comumente, como apoiadora do Golpe e contra as reformas promovidas pelo governo de João Goulart, na tentativa de minar a influência de grupos sociais que naquele momento se fortaleciam como o *Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)*., a “imprensa conservadora designava o CGT como o ‘quarto poder’, reforçando o fantasma, forjado na época de Vargas, de que Goulart visava instituir no país uma ‘República sindicalista’” (TOLEDO, 2004, p. 20). A imprensa fez parte do complexo empresarial que se sentia ameaçada pela democratização dos direitos e sustentou massivamente o Golpe, apoio que só ia se inverter quando o regime fortalecido socialmente, começou a ameaçar os direitos dos proprietários desses periódicos.

Para Marcelo Hornos Steffens (2017, p. 21), a “imprensa, diante da ditadura que se instalou, calou-se via de regra. Não apenas por força da censura, mas por opção, convicção e apoio ao novo regime”. O autor aponta ainda em sua pesquisa, que a postura da **Folha de S. Paulo** foi em considerar os militares como “guardiões da democracia”, que no entendimento das classes empresariais significava, direitos e a composição da classe política restritos a poucos, questão ameaçada pelas reformas de

base propostas por João Goulart. O governo implantado em 1964 tinha princípios básicos: primeiro, destruir uma elite política e intelectual reformista muito presente no Estado até então e eliminar as relações dessas elites intelectuais com os movimentos sociais de base popular e o movimento operário e camponês. Um dos pontos de maior tensão para a crítica desse bloco civil que apoiou a tomada de poder pelos militares, estava relacionado às chamadas reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart, que criou grandes percalços desde o início do seu governo em 1961, em especial a questão da Reforma Agrária, que incomodava os setores mais conservadores na política e na sociedade civil (NAPOLITANO, 2014). Portanto, desde os anos iniciais da ditadura, houve políticas autoritárias e isso pode ser vislumbrado a partir da criação de Atos Institucionais. Em 1968, o Ato Institucional nº 5 é sancionado no dia 13 de dezembro, mesma data da publicação do editorial “Instituições em frangalhos” e da primeira ocupação da redação do jornal **O Estado de S. Paulo**, o que evidencia a indisposição dos militares de receber críticas públicas.

A grande imprensa, mesmo sendo apoiadora do Golpe que derrubara João Goulart da presidência em 1964, também sofreu das mazelas impostas pela censura. “Na lógica do regime, a grande imprensa deveria ser uma interlocutora confiável do governo, o elo com a ‘opinião pública’ (NAPOLITANO, 2014 p. 119). Assim, o regime procurou na censura, o filtro necessário para conter qualquer discurso que soasse nocivo à legitimidade do regime.

A forma mais utilizada da censura foi através da autocensura, de modo onde os próprios jornais fizessem uma varredura de informações que pudessem ameaçar a honra do regime. A censura interna atuou em alguns periódicos específicos, como a revista **Veja** e o jornal **O Estado de S. Paulo**, só para ficar em dois exemplos. Em sua tese, Beatriz Kushnir analisa a dualidade de profissionais que foram jornalistas e censores dentro das redações de alguns desses jornais, conhecidos como os *Cães de Guarda* (2001, p. 24). A ideia da existência de jornalistas colaboracionistas do regime indica, mais uma vez, as relações heterogêneas entre ditadura civil-militar e imprensa no período pós-64. A dicotomia entre imprensa alternativa como oposicionista e grande imprensa como colaboracionista é simplista, do mesmo modo que é equivocado separar em polos

distintos jornalistas e censores, já que em alguns casos um mesmo indivíduo atuava nas duas frentes.

Mesmo em vigor, a censura prévia era assunto que o governo queria evitar em tornar explícito, já que os militares se viam “como a antítese do getulismo, que durante o Estado Novo abusara do controle dos jornais” (NAPOLITANO, 2014, p. 119). Além disso, a política de censura prévia no Brasil, diferente de Portugal e Espanha, na ditadura de Salazar e Franco, não evidenciaram que determinado periódico estava sob a censura interna; tudo ocorreu de um modo mais “maquiado” (KUSHNIR, 2001, p. 39).

Ernesto Geisel esteve intimamente ligado com práticas autoritárias, como a censura à imprensa, mesmo antes de assumir a presidência da república. Quando Médici ainda era presidente, um dos motivos da censura prévia d’**O Estado de S. Paulo** ocorrida no ano de 1972 foi a veiculação da informação de que Geisel seria o próximo presidente. Mesmo sem ter participação direta em censurar o jornal, é sintomático que a informação da indicação do novo presidente para o cargo tenha sido alvo de censura e motivo para que censores ocupassem a redação do referido jornal. A própria sucessão presidencial parece ter sido uma obra de união mais do que de diferença entre uma suposta divisão militar, tendo de um lado os chamados “linha-dura” no qual estava Médici ante o setor mais intelectualizado onde Geisel integrava, denominado grupo da *Sorbonne*.

A posse de Ernesto Geisel ao cargo de Presidente da República ocorreu em 15 de março de 1974. Em 29 de agosto daquele ano, em um discurso feito aos dirigentes da *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA) no Palácio da Alvorada, o presidente indicou sobre a possibilidade da construção de um futuro democrático que aspiraria à “representatividade legítima da vontade popular e da rotatividade periódica dos executivos, através de uma estrutura partidária, de natureza plural, dentro dos moldes constitucionais (BRASIL, p. 114). No entanto, esse discurso que pretendia visar mudanças no regime não foi exclusividade de Geisel e mesmo presidentes que inauguraram fases de maior repressão política e de restrição de direitos, como Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1970-1974), insistiram em tratar sobre liberalização em seus discursos de posse. Além disso, Geisel foi mais contido que seus antecessores e prometeu que o governo não permitiria quaisquer pressões exteriores para o adiantamento do processo *distensionista*.

Segundo Suzeley Mathias (1995, p. 149), uma parcela das Forças Armadas jamais pretendeu permanecer no poder. De acordo com a autora, um dos objetivos primordiais do processo de *distensão* visava o afrouxamento de regras, no sentido de diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais e coletivos, mas principalmente restabelecer a unidade das Forças Armadas que, nesse momento, se desgastava com a manutenção dos militares no poder, o que colocava desejos individuais acima dos da corporação. Sendo as Forças Armadas uma corporação com base na autoridade verticalizada, essa questão era fundamental para a própria manutenção das Forças Armadas enquanto unidade.

Essa tese também é discutida por Rejane Hoeveler (2012, p. 3) retomando os trabalhos de Alfred Stepan: “Para o autor, existe um conflito entre os militares enquanto governo, os militares enquanto comunidade de segurança e os militares enquanto instituição.” É é precisamente nesse sentido que Geisel discursou e projetou nos anos de seu governo o projeto de *distensão*, que visou a manutenção da ordem e hierarquia dentro das Forças Armadas e o “abrandamento de tensões” com relação aos setores da sociedade civil, sem pleitear movimentos bruscos em direção a uma transição política democrática.

De acordo com Carvalho (2005, p. 125) a *distensão* política foi uma estratégia articulada ainda no governo Médici, que pretendia amenizar a coerção do Estado, mas garantir o continuísmo do regime. Assim, ainda que por parte da historiografia e memória liberal, Médici e Geisel constituíssem personagens com ideias e origens distintas – o primeiro associado a linha dura e o segundo mais ligado aos moderados oriundos da *Escola Superior de Guerra* (ESG) – a escolha de Médici por Geisel não foi um sintoma de que o regime se tornava mais democrático. Pelo contrário, a indicação se deu pelo fato de que o novo presidente se dispôs mais a continuar do que a romper com as ideias anteriores, mas com a imagem pública mais contida.

Segundo Thomas Skidmore (1998, p. 330), “Não havia dúvida de que o presidente [Geisel] e o general Golbery levaram o projeto de liberalização mais longe do que muitos observadores consideraram possível em 1974. Habeas Corpus restaurado, AI-5 revogado, a maioria dos refugiados políticos novamente no Brasil, censura suspensa – eram realizações expressivas para um governo militar”. No entanto, permaneciam ainda instrumentos autoritários, como a nova Lei de Segurança Nacional. De acordo com

Samuel Huntington (apud Hoeweler, 2012, p.9), o Brasil teria sido o “exemplo mais exitoso de democratização introduzida a partir de cima por uma elite militar que realizou-se da necessidade de mover-se em direção a democracia, por isso seria impossível localizar o ponto exato onde o Brasil deixou de ser uma ditadura e passou a ser uma democracia”.

Entretanto, o “milagre econômico” deixado por Médici à Geisel e que havia se tornado a sustentação autoritária do regime por meio do progresso econômico, colocou novamente em alta a inflação e em dúvida a imagem de “Brasil Grande” e do progresso, após a “crise do petróleo” em 1973 e o crescimento vertiginoso da dívida externa. Assim, a amenização de políticas autoritárias do regime que, a partir de 1974, não consegue manter as taxas de crescimento econômico, serviu para ainda legitimar o regime, que procurou manter a base de apoio civil por meio de aumento de direitos sociais e civis, ainda que os direitos políticos fossem conquistados a passos lentos e a economia adentrava em uma severa crise.

Outro ponto que não deve ser negligenciado é a questão da anistia, que teve influência direta e, ao longo do governo de Ernesto Geisel e, continuada por João Baptista Figueiredo, proporcionou disputas e reivindicações de civis e militares. De um lado, membros da Ordem dos advogados do Brasil (OAB), o movimento estudantil e a Igreja Católica iniciam seus protestos em defesa dos presos e dos “desaparecidos” políticos. De acordo com Fernando Lemos (2018, p. 172) o ano de 1974 também marca a volta do debate no congresso dos deputados sobre o tema, precisamente por em 9 de abril, poucos dias após a posse de Geisel, extingue-se a validade de cassação dos direitos políticos de centenas de indivíduos determinada pelo Ato institucional nº que suspendia por dez anos todos os direitos políticos de cidadãos considerados opositores ao regime. Por outro lado, há dentro do setor das Forças Armadas o início de um discurso sobre uma remissão ampla, que incluía os militares no processo de anistia. O general Peri Constant Bevilaqua defende em um artigo enviado à **Tribuna da Imprensa**, a anistia ampla em um viés contrarrevolucionário de prevenção, para que a ditadura não sucumbisse a um processo revolucionário que certamente destruiria por completo as ações do pós-64.

Lemos (2018, p. 174) entende que essa visão estava relacionada com os acontecimentos gerados a partir da Revolução dos Cravos em Portugal, que dentre outras

coisas, desmantelou o aparato colonial de Portugal na África, o que poderia ser evitado caso houvesse uma solução conservadora. Nesse sentido, a defesa da anistia recíproca se relaciona sobretudo com a ideia de que, sabendo da inevitabilidade da superação da ditadura, era necessário se encaminhar para esse processo de maneira cordial, para que assim durante o novo governo democrático que viria, os militares ainda pudessem manter sua posição de destaque mesmo em um governo civil como em quase toda a totalidade da república no Brasil. Essa concepção de anistia recíproca acabaria por se sobressair na promulgação da Lei da Anistia por João Baptista Figueiredo em 1979.

As marcas do processo *distensionista* proposta por Geisel à sociedade civil e, principalmente às Forças Armadas, é permeada de marchas e contramarchas, de momentos de abertura e de retesamento, conforme se verá na análise de páginas de **O Estado de S. Paulo** apresentadas a seguir. No entanto, as relações entre os distintos projetos que orbitavam a mesma esfera do campo político brasileiro eram complexas da mesma forma que a relação entre as corporações de mídia e os militares durante os momentos que antecederam ao Golpe de 1964 até a volta de um civil ao cargo da presidência, em 1985. Esse foi o caso de um dos mais importantes periódicos do país, **O Estado de S. Paulo**.

De acordo com Aquino (1999) **O Estado de S. Paulo** toma a atitude de apoiar o golpe para depois criticar a ditadura não por uma posição contraditória, mas baseado em uma filosofia clara e uma política definida nos moldes do liberalismo *lockeano*. Esse é o pensamento do grupo de seus proprietários e o sentido político do periódico. Por exemplo, a questão da rebelião armada frente a um governo democraticamente eleito encontra sustentação na tese de John Locke (1998), já que se um governo, ainda que eleito democraticamente, estiver abusando o poder, é direito de certos indivíduos de destituir o governante do poder. Assim, para o jornal os militares seriam a força capaz de fisicamente fazer essa mudança, derrubando o presidente João Goulart, em 1964, para depois restituir o poder para as mãos de outro governante democraticamente eleito. No entanto, nem todos teriam o direito de destituir um governo, mas somente os detentores de propriedade e formadores da opinião pública, particularmente o caso dos detentores do **d'O Estado de S. Paulo**.

Um dos pilares do liberalismo é a liberdade de expressão, então quando o AI-5 foi emitido, o jornal se voltou contra o governo para clamar seus direitos de expressão e contra alguns aspectos políticos do movimento militar. O tema da sucessão presidencial foi proibido e todos os periódicos que ousaram desafiar a proibição foram perseguidos e censurados, como no caso do **O Estado de S. Paulo**. Essa discussão interna entre a ala militar de quem seria o próximo presidente, promoveu uma divisão entre dois grupos de militares: os chamados “linha-dura” sendo representados por Costa e Silva e o então presidente Médici, que acreditavam no recrudescimento do regime a fim de extirpar o comunismo que era o principal inimigo externo, e os militares da *Sorbonne* formados principalmente pela ESG, um setor tido com mais intelectualizado e que tinha lançado Castelo Branco e o próximo presidente que assumiria a partir de 1974, Ernesto Geisel. Ainda que a discussão sobre dois grupos dentro da ala militar existisse, de acordo com Steffens (2017, p. 37), “mais recentemente, leituras diversas têm considerado a ditadura muito mais como um movimento de continuidade do que de ruptura”. A partir da entrada de Geisel, teve-se na prática um maior estreitamento da censura, o que mostra as complexidades e o poder que a ala militar da linha-dura ainda tinha no regime e o jogo de forças travados sobre a continuidade ou não da ditadura no Brasil. Vale ressaltar ainda que Geisel enquanto membro da ESG e durante o golpe civil-militar em 1964, tinha como um dos seus aliados Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal que o presidente manteria a censura.

De acordo com Aquino (1999, p. 63), “a grande imprensa trabalha com o conceito elitizante de história que concebe o acontecimento como um desvio de um curso previamente traçado e que deve ser retomado na direção da manutenção da ordem pública”. E é nesse sentido que as matérias sobre questões políticas se constituem o principal foco da censura prévia, já que jornal que possui publicação e destaque em âmbito nacional atende aos interesses de grupos empresariais que o sustentam e, nesse caso, a cobertura da grande imprensa privilegia os centros de poder como os palácios do governo e o congresso em detrimento de eventos da vida cotidiana.

A questão de os assuntos políticos serem o foco dos censores desde o início da censura se dá pelo fato que para o regime, as questões políticas constituiriam uma problemática desde sua implantação até os processos de retomada democrática. Esse

ponto era onde o regime mais mantinha a liberdade de expressão em ação em rédeas curtas, pois os direitos políticos, atemorizavam os governantes pela capacidade de perda de legitimidade através do voto, fato que começa a ser evidenciado ainda no governo Geisel, com a inserção da oposição no congresso a partir das eleições legislativas de 1974.

A primeira matéria censurada no ano de 1974 ocorreu no dia 1º de maio e já nos apresenta uma estratégia também utilizada pelo jornal, que foi o de inserir notícias espinhosas dentro de artigos com outro assunto para tentar burlar os censores. No texto que trata sobre o dia do trabalho e questões de sindicatos, novas políticas trabalhistas e o futuro do trabalho no país, aparece uma denúncia sobre um ex-sindicalista e um ex-deputado que haviam sido presos sem que a família pudesse visitar ou fazer qualquer contato com os mesmos. Porém, o censor esteve atento e vetou o trecho para a publicação.

[...] O líder do MDB na Camara (sic), deputado Laerte Vieira, leu ontem em plenário uma denúncia que recebeu da Guanabara, informando que o ex-dirigente sindical e ex-deputado da Assembléia (sic) daquele Estado, João Massena, foi preso no último dia 3, e até o momento sua família não pôde visitá-lo. A autora da denúncia é a própria filha do ex-dirigente sindical, que dirigiu “amargurado e veemente apelo” às autoridades, para que possa ser informada da situação de seu pai (O Estado de S. Paulo, *Levy exalta trabalho livre*, 01 de maio de 1974, p. 16).

O texto começa com uma discussão do deputado Herbert Levy da ARENA de São Paulo. O jornal expõe uma crítica feita pelo deputado ao regime, quando diz que: “a revolução ficou indiferente à melhoria das condições dos que trabalham”. Mas no restante, aparecem trechos otimistas em relação ao trabalhador e ao futuro do trabalho e a união entre trabalhadores e governo que “manifestam seu propósito de trabalhar juntos para o engrandecimento da Pátria”. Na sequência, no tópico *Custo de vida* há o discurso de outro deputado, Fernando Cunha do MDB, afirmando que o aumento do salário apresentado pelo governo naquele período de 20,49 % não seria o suficiente. O texto segue apresentando dados sobre os reajustes do salário mínimo. No último parágrafo, sem indicação de mudança de assunto, a denúncia da prisão e falta de notícias sobre os presos é estampada.

Nesse trecho, vê-se uma das estratégias de resistência que passava pela tentativa de publicação de assuntos de interesse do jornal em meio há outras notícias que não chamariam tanto a atenção. No entanto, o trecho em questão foi percebido e censurado.

A postura do jornal era de enfrentamento, pois ao contrário de outros jornais que preferiram não estar sob a presença direta da censura, **O Estado de S. Paulo** procurou, de modos diversos, veicular suas notícias.

No dia 28 de maio há uma notícia intitulada *Fontoura criticado* que relatava protestos em Lisboa com a designação de um novo embaixador brasileiro em Portugal.

LISBOA – A designação do general Carlos Alberto Fontoura como novo embaixador do Brasil em Portugal provocou domingo violentas manifestações de protesto. Centenas de pessoas, em sua maioria estudantes brasileiros que frequentam universidades portuguesas, reuniram-se diante do edifício da embaixada do Brasil, para protestar contra a chegada do general, que foi chefe do Serviço Nacional de Informação. O GAPS – Grupo Autônomo do Partido Socialista de Portugal – divulgou um comunicado no qual classifica o general Fontoura de **“ex-agente da Pide brasileira, aliado da CIA e fiel colaborador do regime fascista português”**. Diz ainda que “sua indiscutível aliança com a CIA pode criar em Portugal as condições de um novo desastre chileno”. Portugal designou como seu novo embaixador no Brasil o diplomata Vasco Futscher Pereira, que servia em Bonn (O Estado de S. Paulo, *Fontoura criticado*, 28 de maio de 1974, p. 10, grifos meus).

A preocupação do jornal em mostrar a insatisfação de estudantes brasileiros e de portugueses com a indicação de Fontoura para o cargo de embaixador Brasil em Portugal é sobretudo política. Quanto à notícia em si, a indicação de Fontoura, ex-chefe do *Serviço Nacional de Informações* (SNI), para a embaixada do Brasil em Portugal também acentua o fato de que o regime passava por mais continuação do que rompimento com o governo de Geisel.

Poucos meses após a Revolução dos Cravos e destituindo uma das ditaduras mais longevas do século XX, os portugueses não podiam aceitar que o general Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI durante momentos de maior repressão a oposição e denúncias de tortura. Mesmos após os protestos de portugueses e sob pena de perder relações diplomáticas com Portugal, Geisel manteve Fontoura até 1978, quando este pediu demissão do cargo de embaixador e retornou ao Brasil.

Casos de abuso de violência por parte do regime também apareciam nas páginas do periódico que, censuradas, nunca puderam chegar a conhecimento do público. Esse foi o caso de uma reportagem que viria a ser publicado no dia 29 de maio sob o título *OAB denunciará a Geisel a violência*, que relatava a denúncia sobre um advogado pertencente à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que teria sido preso numa das unidades

policiais de São Paulo. Segundo a vítima, este seria sido estado na prisão durante vinte dias sofrendo “choques elétricos e pancadas, principalmente na cabeça”. No mesmo dia, outra publicação foi impedida de circular, que tratava do fato de que o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciaria uma denúncia da Procuradoria Geral da República contra o então deputado Francisco Pinto, enquadrado na Lei de Segurança Nacional por supostamente ter feito um discurso ofensivo ao chefe da Junta Militar do Governo do Chile, o general Augusto Pinochet.

A ideia de colocar a denúncia para além da justiça comum enquadrando o caso no STF, tinha o intuito de impedir Francisco Pinto de disputar as novas eleições que ocorreriam em 15 de novembro, ou seja, dali a alguns meses. Essa ação promovida pelo governo e apoiada pela base eleitoral no congresso da ARENA, tinha o objetivo de minar a popularidade de candidatos da oposição, nesse caso do MDB, e com isso, impedir politicamente que alguns indivíduos da oposição fossem eleitos. O texto apresenta um pronunciamento de Célio Borja, líder da ARENA na Câmara dos deputados, referente ao julgamento no STF do deputado Francisco Pinto e ao silêncio dos congressistas da ARENA sobre o assunto.

Trata-se – disse o líder arenista – de um sobretudo de respeito a que procura não agravar, pela análise política, o pronunciamento de Francisco Pinto. Estabeleci uma regra de conduta para mim e para minha bancada e a tenho observado em homenagem a esses dois princípios: cala-se a tribuna, quando já de falar a Suprema Corte; **não se deve levantar a voz da tribuna quando disso pode resultar prejuízo para um colega nosso que deve responder perante aquela corte** (O Estado de S. Paulo, *STF julga hoje denúncia contra Francisco Pinto*, 29 de maio de 1974, p. 5, grifos meus).

Nessas reportagens, o periódico mostrava que o regime continuava a não só combater os movimentos armados, mas calar e ameaçar entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil e congressistas da Câmara dos Deputados. Os congressistas civis da situação, como era o caso do deputado Célio Borja, da ARENA, também não estavam livres para expressar suas posições, ou seja, a ditadura mantinha rígida seu instrumento de controle sobre os demais, inclusive os simpatizantes, onde qualquer desvio era rapidamente silenciado.

Apesar dos temas políticos ocuparem a maior atenção dos censores, um tema de saúde pública aparecia na lista de proibição a partir de 1974, a epidemia de meningite

que começara a apresentar casos em São Paulo desde 1971. **O Estado de S. Paulo** de junho a dezembro daquele ano teve dezessete páginas censuradas relacionadas ao tema. A data 26 de julho é sintomática pela produção de dois textos. Um deles, o artigo “A epidemia do silêncio” de Clóvis Rossi que viria ser censurado por completo.

O surto de meningite que matou mais de 200 pessoas em São Paulo só neste mês de julho não é lamentável apenas por suas consequências (sic) ou por revelar dramaticamente a precariedade do sistema de Saúde Pública do Estado que se orgulha de ser o mais rico da Federação. Talvez ainda pior do que tudo isso seja o fato de que, com ele, **atingiu o seu ponto mais alto também a epidemia de desinformação e ocultamento de fatos que as administrações públicas, a todos os níveis, resolveram desencadear faz já algum tempo [...]** (O Estado de S. Paulo, *A epidemia do silêncio*, 26 de julho de 1974, p. 16, grifos meus).

O segundo texto foi uma nota publicada no mesmo dia pela Divisão de Censura da Polícia Federal e distribuída a todos veículos midiáticos. Eis a nota na íntegra:

De ordem superior, atendendo solicitação em virtude de fato superveniente, fica proibida a divulgação, através dos meios de comunicação social, de entrevista concedida pelo Ministro da Saúde sobre meningite e qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência de meningite, notícias sobre quantidade e datas de chegada de vacinas importadas, bem como referências a necessidade de prevenção. Divulgação de matéria sensacionalista ou exploração tendenciosa através da imprensa de qualquer assunto relativo a meningite, (sic) fica igualmente proibido.

Percebe-se a gravidade da situação de um governo autoritário e principalmente dos instrumentos da censura em todas suas formas, quando um tema de saúde pública muito relevante e que se divulgado poderia evitar centenas de mortes, é obscurecido pelo poder público. Ao censurar a questão da epidemia da meningite, o regime deliberadamente preferiu manter a imagem ilusória de um país próspero e cordial, enquanto centenas de famílias perdia entes queridos pela desinformação causada pela censura. Clóvis Rossi apontava o silêncio por parte do governo, como uma ainda mais prejudicial, pisa ao silenciar, além de muitos sofrerem pela desinformação, posteriormente abre-se precedentes para criação de boatos fantasiosos que dificultaria ações futuras, como a vacinação, que só viria a ser distribuída partir de 1975.

A seção editorial de **O Estado de S. Paulo** era intitulada de *Notas e Informações* e estava localizada sempre na página 3 do periódico. No dia 10 de dezembro de 1974,

poucos dias antes das eleições para o Congresso que viria a renovar um terço do Senado e todas as cadeiras da Câmara dos Deputados, o jornal lançou um editorial com uma profunda descrença em renovações e críticas duras ao Golpe de 1964.

[...] Com os acontecimentos de 65, porém, a drástica solução que lhes deu o AI-2, espécie de sub-revolução, saída de dentro da primeira, a verdade é que a vida política esmoreceu. [...] Perderam todo o interesse as eleições subsistentes. Se não diminuiu assustadoramente o índice de comparecimento às urnas, foi simplesmente pelo temor de sanções. Mas o voto é indiferente e inexpressivo. Pelo menos, assim vinha sendo até agora. Assim se pronunciavam igualmente as eleições do próximo dia 15, quando subitamente, uma centelha riscou o ar e eis que os programas gratuitos ganham ouvintes e o cidadão pensa gravemente em votar. Que teria acontecido, no País, para explicar a mudança? Acontecer, propriamente, não aconteceu nada. Talvez pelo contrário, esteja desacontecendo alguma coisa: a euforia do “milagre” que há um ano tender a entrar em recesso (O Estado de S. Paulo, *E agora?*, 10 de novembro de 1974, p. 3).

Este editorial é um dos mais agressivos e pessimistas contra o regime. O papel da censura nesse contexto foi de minar e dificultar o acesso de informações e reflexões ao grande público para explorar ainda a imagem de sucesso que, naquele ano de 1974, começava a ruir e sem demonstrações de que o caminho de *distensão-transição-abertura* seria de forma linear e segura. (NAPOLITANO, 2014).

Em outro editorial, publicado em 19 de novembro daquele ano, cinco dias após as eleições e da expressiva vitória da oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Congresso, o texto esboçou um receio em comemorar o resultado das eleições e ainda alertou para que a oposição se contivesse para evitar represálias.

BRASILIA – Como a Revolução reagirá à derrota fragorosa de seus candidatos nas eleições de sexta-feira? – [...] **O poder revolucionário, situado acima e além das leis, dispõe de condições para interferir em tudo, até mesmo nas consequências de uma eleição.** [...] De qualquer forma, torna-se evidente que, não vivendo o País um Estado de Direito, não apenas ao presidente da República é dado estabelecer a realidade. Revolucionariamente, ela também se faz pela ação de outros setores – e a história recente tem sido pródiga de exemplos nesse sentido. [...] Sem abrir mão de seus princípios ou objetivos – o maior dos quais é o mesmo aprimoramento do regime - **a revigorada oposição precisará estar atenta para não fornecer nem motivos e nem pretextos para os inconformados com o seu crescimento, pois ainda custará muito chegar o dia em que, mesmo sendo majoritária, ela poderá assumir o governo** (O Estado de S. Paulo, *Reação do governo é a maior preocupação*, 19 de novembro de 1974, p. 3, grifos meus).

A vitória da oposição nas eleições não era garantia de guinada do regime para a democracia: “As primeiras análises do governo desprezavam a possibilidade de que o eleitorado tivesse votado contra a ditadura” (GASPARI, 2003, p. 456). Nesse sentido, a decisão de propor eleições diretas em novembro de 1974 só se concretizaria pois Geisel acreditou nas eleições de aliados do partido governista, a ARENA, que daria ao presidente a possibilidade de reestruturar a Constituição e assim aprovar medidas de intervenção alinhadas ao seu projeto de *distensão* controlada e gradual. Com a derrota eleitoral, o ditador foi obrigado a enquadrar seu projeto *distensionista* a partir de algumas decisões que também passariam a ser do crivo de deputados e senadores oposicionistas.

Todavia, o editorial d’ **O Estado de S. Paulo** apresentado aqui é claro no que diz respeito às práticas recomendáveis aos congressistas eleitos da oposição e também sobre o medo de represálias do governo, já que como afirma o texto, naquele momento estar “não vivendo o País um Estado de Direito”. Ainda que a notícia tenha sido censurada e o jornal mostrado resistência ao tentar publicar o texto, as palavras expressam uma recomendação à oposição que ficasse atenta e não desse motivos que contrariassem o governo ditatorial. É nessa linha, entre o que queria e o que poderia ser dito, que operou a autocensura no restante da imprensa. Por isso, o mesmo jornal que ousou editar reportagens e textos que afrontassem a imagem do regime, sugeriu nesse caso que os congressistas da oposição estivessem mais atentos e evitassem instigar reações dos militares. A censura não operou apenas nos periódicos censurados, nem só nos jornais, nem só nos congressistas, mas o clima de medo, o maior símbolo da censura, esteve presente em todas as esferas da sociedade.

No dia 04 de dezembro, o editorial foi vetado por completo e visava produzir uma crítica direta à própria censura. Devido à larga extensão do texto, apenas alguns trechos serão expostos aqui, a fim de demonstrar as críticas e a opinião do jornal referente ao tema.

Evidentemente que a primeira responsabilidade, no caso, pertence àqueles que, além de brindarem o País com um demorado hiato na prática da democracia, se esmeraram na imposição de lideranças políticas cuja vacuidade intelectual e cívica só tinha equivalente no seu alheamento em relação aos anseios mais profundos da coletividade. [...] Nunca se deve perder a fé na liberdade, mesmo em situações de transição. Como dizíamos no início deste comentário, os antecedentes da experiência democrática não estão esgotados. Uma teoria não é um dogma. Quem julga dominar

o tumulto impondo o silêncio à expressão de opiniões legítimas a si mesmo se condena (O Estado de S. Paulo, *os novos eleitos*, 04 de dezembro de 1974, p. 3, grifos meus).

A ditadura no pós-64 no Brasil, ainda que possuísse todos os instrumentos legais para aprovar leis e criar decretos para diversas áreas, preferiu escamotear em muitos casos os instrumentos de cerceamento de liberdade. O governo brasileiro praticava a censura, mas não admitia nem que se questionasse o instrumento, nem que se discutisse ou que isso se tornasse público, ainda mais tema num jornal de grande expressão, como era o caso do **O Estado de S. Paulo**.

Uma possível resposta é que nesse momento reina, além do arbítrio, um jogo de farsas. O arcabouço legislativo montado também é uma tentativa de dar um rosto ao regime, um véu suspenso no ar. Negava-se a violência e os desmandos que cometiam. Não havia para eles nem tortura, nem censura. Não havia violação de direitos humanos. (KUSHNIR, 2001, p. 115).

No último dia do ano de 1974, uma reportagem fez um balanço do que foi aquele ano e foi publicada com o título: “Geisel: A esperança de democratização” Nesse caso, a censura usou um de suas estratégias quando aprovava trechos e censurava outros de um mesmo texto; ou seja, o artigo foi publicado parcialmente com a maior parte do trecho publicado, mas com alguns pontos importantes censurados. Como o objetivo desse artigo é analisar o papel da censura, os trechos escolhidos foram os vetados pelos censores.

Logo no início de seu governo, Geisel deu a primeira demonstração concreta de que, se era partidário da normalização democrática, nem por isto estava disposto a deixar de agir com energia e até com dureza. O então deputado Francisco Pinto, do MDB, que fizera críticas e ataques considerados ofensivos ao general Augusto Pinochet, presidente do Chile, que viera para a posse de Geisel, foi processado e enquadrado na lei de segurança nacional. [...] **Muito dos mais responsáveis e experientes políticos – e não apenas da Arena – viram no episódio de Francisco Pinto uma amostra do que seria o governo Geisel, no setor político: intenção democratizadora, por meio de um processo gradual, durante o qual os excessos seriam contidos com dureza e, sempre que possível, sem apelo aos atos de exceção** (O Estado de S. Paulo, *Geisel: A esperança da democratização*, 31 de dezembro de 1974, p. 2, grifos meus).

Os exemplos citados acima, demonstram o balanço do que foi o início do governo de Ernesto Geisel, como uma continuação dos governos anteriores por meio da aplicação dos Atos Institucionais e prisões e perseguições arbitrárias, encobridos pelo espectro da censura. De acordo com Thomas Skidmore (1998, p. 306), “Geisel estava ajudando a

sociedade civil a despertar novamente, mas não estava preparado para ouvir o que a voz da sociedade tinha para dizer”. Desse modo, o exemplo da censura prévia no jornal **O Estado de S. Paulo** permite observar que em 1974 houve um vislumbre bem menos otimista para práticas democráticas do que o regime quis imprimir na época e do que parte da memória liberal guardou sobre período.

Em todo o período da ditadura civil-militar os periódicos apresentaram-se, ora como apoiadores dos militares, ora como contestadores do regime autoritário. Mais especificamente, no contexto de início do governo do presidente Ernesto Geisel em 1974, a censura prévia ainda estava em voga em alguns periódicos da chamada Grande Imprensa. Aos jornais e revistas que não estavam submetidos à presença dos censores em suas redações, vigorava a prática da autocensura, já que a censura prévia servia para disciplinar outras vozes da imprensa que ousassem contestar o governo.

No ano de 1974, com a censura em vigor n’**O Estado de S. Paulo**, vê-se que muitos temas eram vetados pela censura. Quaisquer questões que contrariassem o discurso e ameaçassem a imagem que o governo procurou construir em torno de si mesmo, eram excluídos e outros periódicos também não mencionavam esses temas sob o risco de serem censurados. Convém salientar que o jornal **O Estado de S. Paulo** evidenciava ao público que estava sob a censura, já que as páginas e notícias vetadas não eram substituídas por outras informações e nem eram deixadas em branco, mas majoritariamente preenchida por trechos de poemas e mais especificamente de *Os Lusíadas*, causando estranhamento no público-leitor e chamando a atenção para o lugar incomum da epopeia de Camões onde deveriam aparecer notícias do país.

Como se procurou mostrar, as páginas censuradas no jornal **O Estado de S. Paulo** demonstram aquilo que o governo de Geisel não permitia que se falasse e que por isso, o periódico sofreu diversos vetos. Entre esses, desavenças do regime com bispos e a Igreja, denúncias de prisões e torturas, críticas oposicionistas do Brasil e do exterior, além de desaprovação a respeito da própria censura. Pelas perseguições políticas, violência do Estado e procura absoluta de cerceamento de discursos críticos ao regime e seus integrantes, esse projeto *distensionista*, se limitou ao discurso que tratou sobre “afrouxamento” enquanto o regime endurecia e refreava as liberdades individuais e sociais.

Nesse sentido, a importância de se estudar a censura às páginas do jornal **O Estado de S. Paulo** está na possibilidade de perceber como o governo de Ernesto Geisel, que se inicia em 1974 e cria para si uma imagem de abrandamento de tensões, na prática recrudescer sobre a liberdade de expressão da população e da oposição no Congresso e violou o direito à informação, censurando os jornais que, inclusive, apoiaram o Golpe em 1964. Além disso, com a derrota eleitoral nas eleições legislativas em 1974, o governo se sustentou sob a égide de um projeto de *distensão* sob as rédeas curtas do regime, que continuou a perseguir a oposição e a utilizar dos instrumentos autoritários do AI-5. Os últimos editoriais analisados mostram que havia um clima pouco otimista em relação ao projeto de “transição democrática”. Assim, se posteriormente o governo de Ernesto Geisel é considerado como “o governo que levou o projeto de liberalização mais longe” (SKIDMORE, 1988, p. 277) essa ideia se choca em grande medida com as ações promovidas pelo governo e o clima pouco otimista visualizado nas páginas do jornal **O Estado de S. Paulo**, o que desconstrói o mito de “postura mais democrática” em torno do presidente Ernesto Geisel.

Fontes

Acervo Estadão. 1974. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

Referências

- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- BRASIL. Presidente (1974-1979: Ernesto Beckmann Geisel). Discurso feito aos dirigentes da ARENA, Palácio da Alvorada. 29 de agosto de 1974.
- CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p.115-147, 2005.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 573 p.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 544p.

- GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.87-99, jul-dez. 2004.
- HOEVELER, Rejane Carolina. A distensão gradualista: elaboração civil e militar no projeto estratégico de Golbery e Geisel (1972/1973). In: OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA, 15., 2012, Rio de Janeiro. *Anais do XV encontro regional de História da ANPUH-RIO*. Rio de Janeiro: 2012. p. 1 - 9.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 2001. 428 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Unicamp, Campinas, 2001.
- LEMONS, Renato Luis do Couto Neto e. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar de distensão: Notas sobre a ação política do presidente Geisel. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.4/5, p. 149-159, 1995.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014. 368 p.
- NETO, Mário Danieli. Entre a democracia e o autoritarismo: Os planos econômicos de Jango a Geisel (décadas de 1960/70). In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 47-72.
- NOGUEIRA, Jefferson Gomes. A censura engajada: análise do discurso e formas de resistência do jornal o Estado de São Paulo durante o regime militar no Brasil. *História e Diversidade*, Campo Grande, v. 6, n. 1, p.210-226, jan. 2015.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 85 p.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. A linha dura nas páginas da Folha de São Paulo: Análise dos editoriais publicados entre os anos de 1964 e 1972. *Revista Poder e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p.34-55, jan-jun. 2017.
- STEFFENS, Marcelo Hornos. A Folha de São Paulo fala sobre o março de 1964: Os editoriais do jornal à “espera” do golpe civil-militar. In: DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo Hornos; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Narrativas sobre tempos sombrios: Ditadura civil-militar no Brasil*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p. 19-46.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28, jul. 2004.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 25/07/2022
Aprovado em: 27/01/2023